



A campesinidade da agricultura brasileira na região dos Campos de Cima da Serra: o entorno de Caxias do Sul

Claudia Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5486-4187>

Lovois de Andrade Miguel

UFRGS – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7194-6774>

Silvia Olinda Soares Aurélio

Faculdade Anhanguera – Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7343-6030>

Resumo

Contextualizada na abrangência compreensiva da contemporânea ruralidade brasileira, a pesquisa multidisciplinar efetuada nos distritos rurais de Caxias do Sul (Vila Seca e Criúva) e de São Francisco de Paula (Cazuza Ferreira e Juá) ao sul do país embasa esta contribuição acadêmica. São apresentados contornos teórico-metodológicos do trabalho etnográfico, conduzido de 2011 ao presente focado no aprofundamento do estudo da paisagem da habitação do lugar, guiado pela noção dos sistemas agrários e com investigação cartográfica comparativa. Tal conjunto permite o conhecimento das vivências familiares agrícolas de características campesinas: a pecuária bovina semiextensiva de corte e leite e as policulturas coloniais. No Bioma Mata Atlântica, em mosaico de campos autóctones e floresta ombrófila mista encontra-se conflituosa interface: a específica campesinidade protagoniza a conservação da paisagem que contém a água para o abastecimento da população urbana das duas cidades. Contudo, esta ruralidade específica tem sua existência dificultada pela incidência das normatizações ambientais e sanitárias originadas pelas autoridades municipais. A partir desta problemática discorre-se sobre os arranjos fundiários e comunitários atualmente encontrados na ruralidade estudada, com derivadas reflexões apontando para a importância da consideração própria e concatenada das características campesinas dos Campos de Cima da Serra nos contextos de política pública das urbanidades nesta região igualmente contidas.

Palavras-chave: Ruralidade periurbana. Campesinato. Conservação. Ética.

**The peasantness of Brazilian agriculture in the Campos de Cima da Serra region:
the communities bordering Caxias do Sul**

Abstract

Contextualized within the broad scope of contemporary Brazilian rurality, this multidisciplinary research was conducted in the rural districts of Caxias do Sul (Vila Seca and Criúva) and São Francisco de Paula (Cazuza Ferreira and Juá) in southern Brazil. It presents the theoretical-methodological contours of the ethnographic study conducted from 2011 to the present, while applying the notion of agrarian systems and comparative cartographic analysis to deepen the study of the landscape of the habitation of the place. This combination provides insights into the peasant livelihood of the farming families who engage in semi-extensive beef and dairy cattle farming and local colonial polycultures. In the Atlantic Forest Biome, among the mosaic of autochthonous fields and mixed rain forest, there is a conflicting interface: this specific peasantry plays a leading role in conserving the landscape that supplies water to the populations of the two cities, however the existence of that peasantry is threatened by the environmental and sanitary regulations originating from the municipal authorities. Regarding this issue, the land and community arrangements currently found in the studied rurality are discussed. The reflections that arise point to the importance of proper and concatenated consideration of the peasant characteristics of the Campos de Cima da Serra region in the contexts of public policy of the urbanities contained within it.

Keywords: Periurban rurality. Peasantry. Conservation. Ethics.

La campesinidad de la agricultura brasileña en la región de los Campos de Cima da Serra: el entorno de la ciudad de Caxias do Sul

Resumen

Contextualizada en el amplio marco de la contemporánea ruralidad brasileña, la investigación multidisciplinaria realizada en los distritos rurales de las ciudades de Caxias do Sul (Vila Seca y Criúva) y de Sao Francisco de Paula (Cazuza Ferreira y Juá), al sur de Brasil, sustenta esta contribución académica. Se delinean los elementos teórico-metodológicos del trabajo etnográfico, realizado desde el 2011 hasta el presente momento, centrado en la profundización del estudio del paisaje de la habitación del lugar, guiado por la noción de los sistemas agrarios y con una investigación cartográfica comparativa. Este conjunto permite conocer las vivencias familiares agrícolas de características campesinas: la ganadería bovina semiextensiva lechera y para carne, y las policulturas coloniales locales. En el Dominio del Bosque Atlántico, en un mosaico de campos autóctones y de bosque ombrófilo mixto, se encuentra una interfaz conflictiva: la específica campesinidad es protagonista de la conservación del paisaje que contiene el agua para el suministro de la población urbana de las dos ciudades. Sin embargo, esta ruralidad específica tiene su existencia dificultada por la incidencia de normativas ambientales y sanitarias originadas por las autoridades municipales. A partir de esta problemática, se discurre sobre la organización comunitaria y de tierras encontrada actualmente en la ruralidad estudiada, con reflexiones derivadas apuntando hacia la importancia de la consideración propia y articulada de las características campesinas de los Campos de Cima da Serra en los contextos de política pública de las urbanidades igualmente contenidas en esta región.

Palabras clave: Ruralidad periurbana. Campesinado. Conservación. Ética.

1 Introdução

O pano de fundo deste escrito reflexivo é o contemporâneo ‘mundo rural nacional’¹, em viés de compreensão de estável realidade própria: definida por suas particularidades históricas, geográficas, sociais, culturais, econômicas e ecológicas, assim conformando suas múltiplas maneiras de constituição na sociedade brasileira, resultando, na verdade, em ‘vários e diversos mundos’. Um específico mundo rural, de acordo ao clássico escrutínio reflexivo apresentado por Favareto e Wanderley (2013) seria um recorte tanto de espaço como de tempo (uma vez compreendido como sendo uma existência em um dado lugar), que poderia ser visto como um estágio retrógrado a ser superado, e, por conseguinte, fadado ao desaparecimento, ou como sendo algo a ser futuramente dissolvido em um *continuum* — transformando-se em resquício tênue contido em espacialidades urbanas predominantes.

Alternativamente, entende-se a especificidade rural emergindo tal qual colocada por Abramovay (2003, p. 53, itálico do autor), como um *valor social* na época em que vivemos, cujas características gerais definidoras são, além da agricultura como sua atividade econômica setorial predominante, a relação com a natureza, a baixa aglomeração populacional e sua proximidade às dinâmicas urbanas. Wanderley (2001, p. 37) tem visão similar, reforçando que o recorte campo-cidade mantém sua importância. Porém, destaca a autora que a relativa diferenciação dos espaços rurais está situada nos processos de construção social da ocupação de seus respectivos territórios, através de seu entendimento como um lugar de vida. Logo, a particularização desse espaço é feita por intermédio de referências identitárias e de cidadania do ser humano que nele habita. Os espaços dessa ruralidade são vistos como um bem coletivo, em estreita associação às atividades de suas famílias agricultoras. Nessas famílias, segundo também a autora, é que reside cultura particular, cuja específica reprodução é uma necessidade nesse meio, viabilizando sua dinâmica “técnico-econômica, ambiental e sociocultural”. Favareto (2006, p. 98), de outra parte e em seu escrutínio de múltiplos pesquisadores contemporâneos, confirma a não muito longa existência dessa conformação do rural na sociedade brasileira, de apresentação complexa e com muitas outras dimensões além das atividades agrícolas. Segundo ele, tal recente mundo social passa a englobar amplitudes ambientais, tais como: “o acesso à terra, a gestão de bacias hidrográficas, a conservação de florestas e rios e a valorização da paisagem e da biodiversidade”.

Relativamente à compreensão do relacionamento da dita ‘nova ruralidade brasileira’ ao panorama social mais abrangente, julga-se providencial se ter presente a idealização de progresso identificada por Favareto e Wanderley (2013) para o caso nacional. O processo de desenvolvimento brasileiro passa a ser hegemonicamente aproximado à industrialização e à urbanização verificadas no país desde 1930, todavia, nesse ponto, faz-se importante atentar aos contrapontos dessa constatação, alinhados pelos mesmos autores: principalmente com base em Celso Furtado (1959) e em Florestan Fernandes (1960) visualizam eles desenrolar histórico de bem mais intrincada apresentação, onde contextos rurais e urbanos inter-

¹ Utilizam-se aspas duplas para as citações literais e aspas simples para nossos destaques e os dos autores (aspas ou itálicos), estes assinalados em cada ocorrência.

relacionam-se no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e são distintamente afetados pelo seu atual padrão de desigualdade. Nesse mesmo sentido, Favareto e Wanderley (2013) colocam em evidência, dessa vez com base em José de Souza Martins (1994), a manutenção do “atraso como um instrumento de poder”, em ação que se reflete na atual constituição — desigual — da sociedade civil como um todo. O latifúndio sustenta uma classe dominante rural que, por sua vez, também é uma fração da classe dominante nacional. Além disso, sublinham eles que a estrutura fundiária dessas extensas propriedades configura um instrumento de dominação das classes subalternas locais.

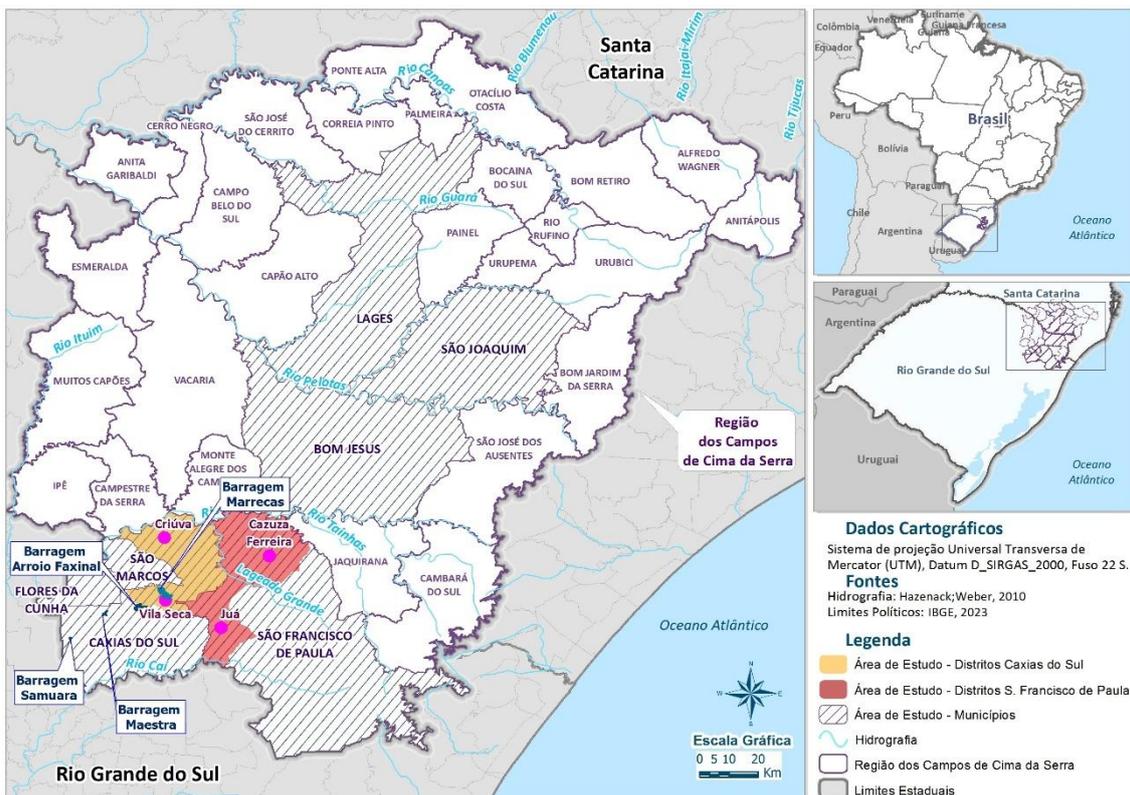
Por fim esses dois autores identificam que os diversos modos de vida associados a esse particular recorte de análise do país coexistem em heterogêneas apresentações culturais, de implicações locais e regionais. Essas diversas realidades rurais são pautadas por três referências centrais com relação à sua inserção no processo de desenvolvimento brasileiro: a construção e a reprodução do patrimônio fundiário; as relações de pertencimento a um grupo de reduzidas dimensões e a necessidade de integração a espaços mais amplos do que o local onde vivem e trabalham — notadamente na escala municipal. Em resumo, Favareto e Wanderley (2013) defendem que esses aspectos conformam as expectativas de quem vive contemporaneamente nas áreas rurais do Brasil: ao mesmo tempo essas pessoas querem manter os aspectos substanciais dessa ruralidade, mas buscando bens, empregos e serviços disponíveis nas cidades. Igualmente os autores ressaltam em sua específica análise que a modalidade geral de projeto futuro para a sociedade brasileira carece de definição. Nesse abrangente enquadramento, a concepção do rural oscila entre duas visões muito diferentes: a de “um espaço de investimento” ou a de “um lugar de vida”. Assim, os atuais processos de urbanização e industrialização podem reforçar “a grande propriedade como o modelo ideal de empresa rural” em uma continuidade de privilégios do que chamam de “antigo regime”, mantendo a reprodução de relações de subordinação ao poder tradicional. A bem diversa alternativa delineada pelos autores é aquela em que a modernização signifique o acesso a bens e serviços socialmente necessários ao protagonismo dos habitantes do campo, em cidadania enraizada e “exercida a partir do seu local” (FAVARETO; WANDERLEY, 2013, p. 42-45).

Em recorte mais preciso aloja-se nessa panorâmica avaliação o caso aqui apresentado, do particular aspecto que diz respeito à identificação das condições de vida nestes arranjos produtivos familiares em associação às discussões do caráter campesino de sua existência. Respalda-o pesquisa multidisciplinar realizada no sul do Brasil: seu campo empírico de estudos centrado em quatro distritos rurais nos municípios de Caxias do Sul e São Francisco de Paula é explicitado, juntamente com seus contornos teórico-metodológicos. Desde a apreensão temporal desta dinâmica cultural singular, associada a uma paisagem onde habitam predominantemente famílias agricultoras que emicamente se intitulam “campesinas”, discorre-se sobre a problemática da continuidade dessas suas particulares atividades agrícolas, nesta ruralidade objeto de quadro normativo ditado pelas necessidades do associado aglomerado metropolitano.

2 Terreno de Estudo

Em região cuja grande abrangência engloba também áreas nos vizinhos estados de Santa Catarina e do Paraná — no Bioma Mata Atlântica, de acordo a Boldrini (2009) e Overbeck *et al.* (2009) são os Campos de Altitude do Planalto das Araucárias ou Campos de Cima da Serra — essa pesquisa enraíza-se em conhecimento ‘da agricultura do lugar’ nos domínios campestres do sul do Brasil, localizados em planalto de relevo montanhoso ao nordeste do Rio Grande do Sul. Em seu posterior desenrolar os distritos eminentemente rurais de Vila Seca e Criúva, em Caxias do Sul, e Juá e Cazuzu Ferreira, em São Francisco de Paula constituem o coração da sua área de estudos empíricos. Não se pode deixar de mencionar que, por intermédio de seu percurso de vivência etnográfica, os caminhos de conhecimento que enfim foram percorridos alcançam ainda outros municípios circunvizinhos, como dispõe a seguir o Mapa 1 — no Rio Grande do Sul, São Marcos, Flores da Cunha e Bom Jesus, e em Santa Catarina, Lages e São Joaquim.

Mapa 1 — Localização da Área de Estudo



Fonte: autoria de Claudia Ribeiro, elaboração cartográfica de Silvia Olinda Soares Aurelio

São Francisco de Paula é a unidade municipal que originalmente continha todos esses distritos. Seu nome surge em 1852, com aposto ‘de Cima da Serra’, com caráter distrital primeiramente subordinado ao antigo município de Taquara do Mundo Novo. Cogita-se que em futuro próximo este pertencimento fique somente relegado ao contexto histórico, pois Cazuzu Ferreira e Juá conduzem movimento de

anexação a Caxias do Sul². Mesmo sendo antevista como sede da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (criada em 2013, ainda em regulamentação), Ferreto (2022) vê o município com o perfil típico de uma cidade média, com a singularidade de ser a única deste tipo no estado do Rio Grande do Sul com significância do setor industrial na sua economia. Pela estimativa de 2021, o município já teria superado o meio milhão de habitantes e é indiscutivelmente a maior aglomeração urbana em proximidade a esta área estudada, enquanto São Francisco de Paula contaria com população de pouco mais de 20.000 pessoas. Por intermédio do detalhamento possível pelo Censo Demográfico de 2010, 3916 pessoas habitavam os dois distritos caxienses, que perfazem em seus delimitados 624 km², 38% da área total do município. Já Cazuza Ferreira e o Juá em conjunto inteiram 1014 km², contendo 2095 habitantes em cerca de 30% da área de São Francisco de Paula. Estes 6011 habitantes são compreendidos nesta discussão como de fato imersos na ruralidade estudada, mesmo se o IBGE considere como “urbana” a área de alguns pequenos aglomerados populacionais existentes nos quatro distritos. (IBGE, 2010a;2010b;2010c).

3 Metodologia e Resultados

O estudo da paisagem do lugar focado no conhecimento de sua específica ruralidade foi iniciado em 2011 com orientação teórico-metodológica ancorada no fazer etnográfico: até 2014 documentou-se nesta primeira fase a sua trajetória³, em proximidade ao histórico de sua agricultura neste contexto geográfico.

A escolha da perspectiva etnográfica traz forte impacto teórico no embasamento da pesquisa, multidisciplinar em sua origem, e trazendo também este aspecto evidentes reflexos nas suas escolhas de método. Nesse sentido, reside a importância preliminar do processo de conhecimento dos sistemas agrários. Como explicado por Mazoyer e Roudart (2010), tal importância reside em sua condição de intelectual e metódica análise da realidade da agricultura, por intermédio do conhecimento de sua organização e de seu funcionamento. Abarcando os aspectos históricos e traços geográficos das diversas formas de agricultura no local verificadas, pode-se com esse auxílio teórico caracterizar as mudanças que afetam os seus processos produtivos, bem como as suas modalidades de convivência com um dado ambiente: considerando sem dúvida as suas relações com a natureza, bem como a sua coexistência com outros sistemas produtivos que não os agrários. De acordo a Miguel (2018), as ações pragmáticas de estudos de evolução e diferenciação de sistemas agrários partem da visualização do ecossistema cultivado em suas variadas apresentações ao longo do tempo histórico. Essa primeira etapa é feita pelo

² Analogamente ao ocorrido em Vila Seca e Criúva décadas atrás. Pelo Decreto Estadual nº 7842, de 30/06/1939, confirmado pelo decreto-lei federal nº 1307, de 31/05/1939, o distrito de Vila Seca (anteriormente nominado João Pessoa) foi transferido do município de São Francisco de Paula para Caxias. Criúva passa a existir como distrito por intermédio do Ato Municipal nº 25, de 09/01/1903, que registra a sua criação em São Francisco de Paula de Cima da Serra (ALVES, 2010, p. 267 e 268; IBGE, 2010c). Sua incorporação à Caxias do Sul é oficializada pela Lei Estadual nº 2531 de 15/12/1954, após a realização de duas consultas plebiscitárias.

³ Conjugação que ocorre no espaço e no tempo, um movimento no qual aspectos objetivos e subjetivos interagem na relação de uma sociedade com sua extensão terrestre (relação que é um meio) (BERQUE, 2011a, p. 193).

reconhecimento do espaço agrário — justamente por intermédio da compreensão de sua paisagem — tendo como produto o zoneamento regional. Para isso, são consideradas, em um primeiro momento, as características geomorfopedológicas do recorte empírico em escrutínio e a sua percepção pelas populações presentes em seu entorno. Subsequentemente, buscam-se informações relevantes sobre a agricultura praticada e suas interligações ao mundo rural, procurando-se entender o respectivo sistema social produtivo, em suas particularidades de organização e funcionamento. De tal forma isso feito que se tornam possíveis a identificação e a descrição dos vários tipos de atividades (agrícolas e não agrícolas) historicamente registrados ao longo da constituição dessa paisagem agrária. Esse procedimento de estudo visa mais bem compreender os motivos das oscilações cíclicas dessas práticas agrícolas — dos porquês das mudanças de rumo que acabam instaurando suas distintas produções sistêmicas agrárias.

Os subsídios para a reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários foram inicialmente encontrados pela consulta à valiosa produção de autores locais, com posterior complementação realizada por estudo cartográfico e trabalho prospectivo de campo. Sequencialmente, a paisagem é apreendida por meio de paulatino aprofundamento dos percursos etnográficos, empreendidos junto aos seus habitantes com conhecimento da história agrária. A inicial aproximação etnográfica, por intermédio da observação participante no ciclo de louvação das Festas do Divino Espírito Santo, consegue identificar em Vila Seca e Criúva a presença do sentimento da paisagem, permitindo então a reconstituição de uma ‘narrativa de sua trajeção’ ao longo dos quatro sistemas agrários que ali vão se estabelecendo: o indígena (10.000 A.P. até 1760), o sesmeiro⁴ (1760 a 1912), o colonial (1912 a 1980) e o contemporâneo (de 1980 ao presente).

Descreve-se assim o fazer agrícola dos habitantes dessa ruralidade particular que, ao longo do tempo e do espaço, vai constituindo o meio, percebido por essa noção de paisagem. Ribeiro, Dal Forno e Miguel (2015) registram que as questões subjetivas do que se estuda foram guiadas por intermédio dos critérios empíricos de Augustin Berque dispostos para este fim⁵. Desta maneira identificou-se claramente a existência do sentimento da paisagem no lugar, e, adicionalmente, que tal existência é um bem de uso comum em Vila Seca e Criúva: um recurso (cultural e mutável), compartilhado por pessoas e sujeito a dilemas sociais, no sentido de Hess e Ostrom (2007) e Leite (2012). De outra parte, por intermédio do viés objetivo de constituição dessa paisagem, vê-se a permanência — dinâmica — das atividades agrícolas desta agricultura conduzida predominantemente em arranjos produtivos familiares, em estreita associação ao mosaico de campos e florestas autóctones que constitui a macro apresentação do Bioma Mata Atlântica na região. Explica-se que por leitura do seu trabalho e entrevista realizada com Osmar Possamai, soube-se da existência de mapa histórico de porção da área de estudo: um mapa da Sesmaria Palmeira dos Ilhéus, datado de 1871, que englobava praticamente toda a área de

⁴ O termo sesmaria indica as terras concedidas segundo este arranjo jurídico originado em Portugal ao final do século catorze, que foi praticado no Brasil para regular as práticas de colonização, sendo que sesmeiro é o título de quem auferia as terras sob tal sistema. (MOTTA, 2005, p.2).

⁵ Para ampliação consultar Ribeiro (2014, p. 264-271), com o cotejamento desses critérios de Berque (2011b, p. 201) às evidências etnográficas amealhadas na primeira fase dessa ação de conhecimento.

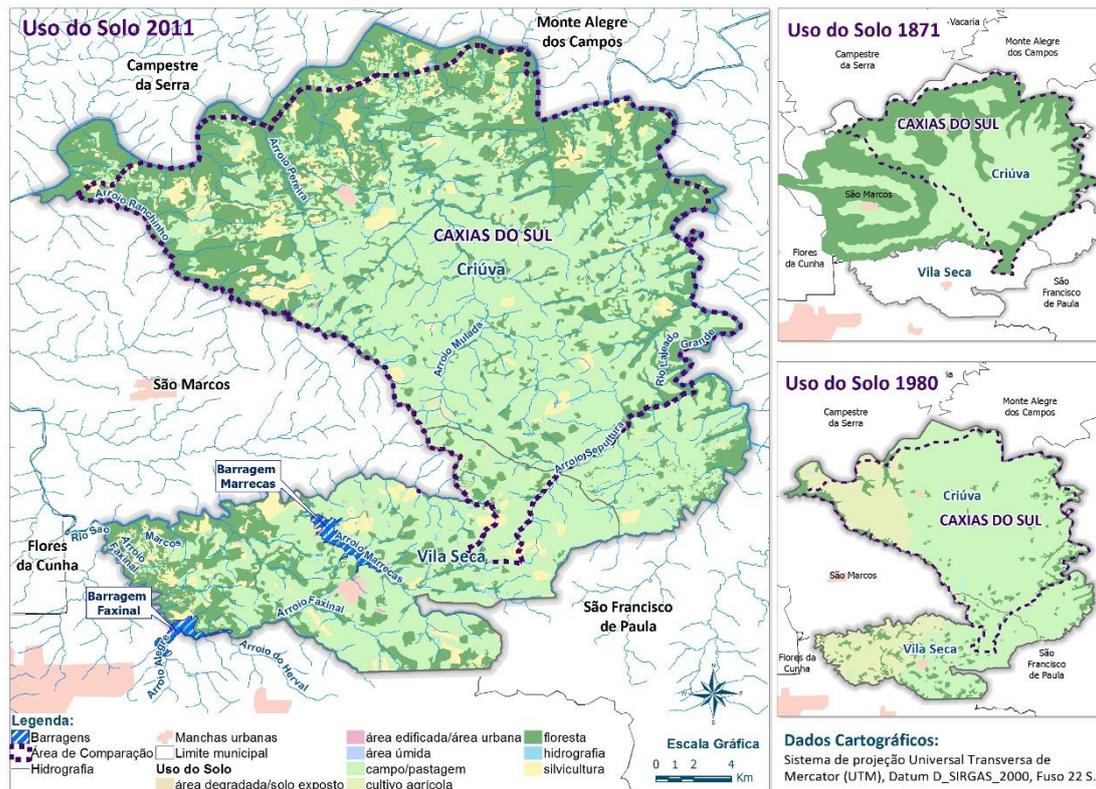
Criúva e uma razoável porção de Vila Seca, com mensuração das áreas de campo e floresta (POSSAMAI; RIZZON, 1987, p. 44). Em tratativas posteriores obteve-se permissão junto ao Arquivo Histórico Estadual para acessar o documento original e fotografá-lo em registro de alta definição, permitindo o seu posterior georreferenciamento e subseqüentes trabalhos cartográficos, sendo desta forma possível realizar comparações com demais registros referentes aos atuais limites geográficos de Vila Seca e Criúva: a *Planta da Fazenda nos Ilhêos*, de autoria de Ernst Müzell, parte integrante do Auto de Medição nº 1534 da Lei 1850, de Serafim José Gonçalves. Definem-se, em razão dessa informação inicial e também de acordo com o que se conhece da paisagem, as categorias de análise principal do levantamento cartográfico: a ocorrência de áreas de campo e floresta. Em paralelo, obtém-se permissão junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul (SAMAE) para a utilização de imagens de satélite de 2011 da totalidade do município de Caxias do Sul na pesquisa. Em marco temporal intermediário se decide pela utilização dos mapas do exército brasileiro, deste modo criando, para uma porção muito significativa do empírico, três momentos de objetiva aferição das porções do campo e da floresta em um mesmo recorte espacial (DSG, 1980; MÜZELL, 1871, p. 49; SATÉLITE_GEOEYE-1, 2011). Tal conjunto precioso de fontes primárias torna factível posterior detalhado e singular estudo cartográfico dos tipos de usos do solo efetuado em paralelo à imersão etnográfica: compreendendo os sistemas agrários sesmeiro, colonial e contemporâneo obtém evidenciar objetivamente a permanência cíclica da paisagem do lugar, de acordo ao que mostra o Mapa 2.

As medições topográficas de Müzell em 1871 registraram que ali a terra nessa época era ocupada por 55,4 % de Floresta Ombrófila Mista e de 44,5 % de pastagens nativas, enquanto que os mapas do exército em 1980 mostram que essa floresta (majoritariamente constituída de araucárias) quase desaparece: ao final do ciclo de exploração da madeira destes pinheiros, restam somente 7,4 % de cobertura florestal no solo. No dizer êmico dos habitantes agricultores, de acordo a fenômeno bem já descrito de exploração predatória da floresta⁶, “os matos somem e os campos passam a dominar a paisagem”. Com efeito, essas pastagens autóctones ocupam nessa época 76,9 % das terras, aparecendo outros usos nos seus 15,7 % de área remanescente. Uma vez sustado o urbano processo extrativo da madeira das árvores desta ruralidade, a sua paisagem se refaz. Em 2011, a floresta já ocupa 33,3% da seção amostral estudada, o campo majoritariamente autóctone 55,5 %, e outros usos 8,2%.

Em suma, vê-se que, nos últimos 150 anos, o mosaico autóctone de campo e mato convive estavelmente com a pecuária semiextensiva e com os pequenos policultivos coloniais, característica nesses dois distritos diz do apreço de seus habitantes pela paisagem de sua habitação, que em sua origem era muito semelhante à dos municípios de Jaquirana, de Bom Jesus e mesmo de outros distritos de São Francisco de Paula, na época também com muita atividade madeireira — Cazuzá Ferreira e Juá.

⁶ Segundo De Boni e Costa (2011) a exploração madeireira nas matas da região principia em Bom Jesus antes de 1910, com acréscimo significativo em 1930 ainda no município, para depois crescer em abrangência regional, até o seu apogeu em 1956, englobando Caxias do Sul neste contexto.

Mapa 2 — Cartografia Comparativa do Uso e Cobertura do Solo



Fonte: autoria de Claudia Ribeiro, elaboração cartográfica de Sílvia Olinda Soares Aurelio

O ato etnográfico na segunda fase do processo de conhecimento, encerrada em 2018, seguiu as tarefas que fazem parte do modo de vida nos locais pesquisados, buscando entender a paisagem na perspectiva de seus habitantes. Neste momento o procedimento guia foram os estudos de memória coletiva preconizados por Rocha e Eckert (2013, p. 28) em sua elaboração teórica da etnografia da duração, em aproximação à perspectiva do habitar, seguindo as linhas ali encontradas conforme Ingold (1993; 2012). Reconhecendo a importância do viés imagético no local empírico de estudo, sistemático recolhimento de registros visuais e sonoros (fotografias e vídeos), permitiu realizar uma construção fílmica em conjunto com os habitantes campestres do lugar (e sob a sua permissão), a qual integra e dialoga com o texto ilustrado da construção acadêmica final. Ao longo de sua extensão a pesquisa nesta fase alcança três incidências de inserção na área empírica de estudo, a saber: i) junto às tarefas rotineiras de uma família de agricultores na paisagem da zona de campo; ii) com relação ao contato com a organização da Festa do Pinhão e da confecção do Queijo do Divino e iii) ao redor da interface normativa de relacionamento rural-urbano, em acompanhamento de reuniões de agentes públicos e acesso da memória da atuação da Comissão de Defesa Ambiental de Vila Seca e de ex-prefeito de Caxias do Sul com relação ao histórico das necessidades de estruturais do município (tratamento de água e disposição de resíduos sólidos. Adicionalmente, em procura nos acervos constituídos pelos repertórios particulares da região, foram acessadas igualmente fotografias e registros em vídeo. E igualmente de suma importância o acesso aos arquivos históricos da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul,

na recuperação de notícias de jornais e das atas de sessões ordinárias dessa instituição.

Como resultado, documentou esse caminho de conhecimento aqui detalhado a existência de um particular mundo de visão, no qual os moradores campesinos de distritos serranos do município brasileiro de Caxias do Sul e de suas circunjabências mantêm com a ecúmena relações de constituição do meio (e não do ambiente). Pode-se afirmar que para eles a paisagem de onde moram é um bem comum, associada aos seus territórios usados. Finalmente, constatou-se que tal habitação, dinamicamente constitutiva dessa paisagem, demonstra adicionalmente características emancipatórias e éticas. Compartilhando mais de perto seu complexo cotidiano de atividades, são conhecidas em profundidade algumas recorrentes tarefas da condução local da pecuária, em manifestas temporalidades de características campesinas.

Além do gado de corte, seu outro produto emblemático é o queijo particular desta região, por esses habitantes chamado a mais de 150 anos de “queijo serrano”. Feito tradicionalmente de leite cru oriundo da criação de gado de raças para corte em pastagens predominantemente nativas, nessas localidades existe em duas principais modalidades: as suas peças confeccionadas cotidianamente nas propriedades de gestão familiar e uma única grande peça de queijo resultante de complexa atividade comunitária ritual, realizado no distrito de Criúva por ocasião das festividades anualmente conduzidas em homenagem ao Divino Espírito Santo. Ressalta-se não obstante que tais práticas são atualmente conduzidas por esses habitantes em delicada situação, em permanente criticidade no que tange à sua legalidade, em contexto constrangido também pelas estigmatizações étnicas dirigidas aos habitantes serranos, vistos como ‘misturados’ com relação a um padrão urbano ‘branco europeu’. Assim a paisagem é atravessada pelo entrecostar incoerente de discursos de origem urbana, principalmente de viés ambiental e sanitário, trazendo como resultado pragmático pressões regulatórias coercitivas às práticas agrícolas regionais e locais (RIBEIRO, 2018;2021; RIBEIRO; ANJOS; RADOMSKY, 2015).

4 A agricultura familiar do lugar e a sua campesinidade

Wanderley (2014) é autora incontornável para que se entenda a grande diversidade das formas do campesinato no cenário da vida e do trabalho brasileiro. Ela descreve o intenso debate teórico e político iniciado nos anos 1970 que possibilita a instituição da categoria de agricultura familiar no Brasil, ato que permitiu que sua importância e extensão fossem reconhecidas oficialmente pela primeira vez no Censo Agropecuário de 2006. Contudo, a autora pontua que não se esgota nesse ponto a ideia e a compreensão do que seja o campesinato no Brasil. Lastreada em uma série de consagrados estudos a esse respeito (os trabalhos de Maria Isaura de Queiroz e de José de Souza Martins, entre outros), a socióloga direciona a atenção para a necessidade de identificação e compreensão das ações e estratégias de sobrevivência dessas comunidades camponesas, em sua trajetória de constituição nos interstícios internos e externos dos latifúndios movidos à mão de obra escrava no período colonial.

Wanderley afirma que, em estratégias de resistência, os agricultores de pequeno porte — os camponeses — conseguem desenvolver “uma outra

agricultura”, estruturada em relações familiares e comunitárias. Segundo ela, isso é feito em um viés espacial, pois se consegue a “criação de espaços que escapavam, de direito ou de fato, da ocupação pelos senhores da terra”. Tais atos estão historicamente situados no período proximamente circundante à instituição da Lei de Terras de 1850: entre a proclamação da independência em 1822 até a efetiva instituição jurídica dessa lei em todo o território nacional, o vazio jurídico permitiu ações de ocupação de pequeno porte para a praticamente única função produtiva prevista na época, o arranjo agropecuário de cultivo nestas terras. Outra modalidade de acesso fundiário nessa época foram acertos — precários e em diversas modalidades — de moradia e trabalho em sítios no interior das grandes terras anteriormente constituídas como posse. Em resumo, pontua essa autora que os agricultores que podem ser ditos camponeses não são nem latifundiários nem patronais, e que o sustento de suas vidas provém principalmente de seus próprios recursos de trabalho, em modalidades produtivas ligada à terra, em atividades da e para a família. A chave da identificação do campesinato como tal é dita, por esse seu entendimento, como residindo no enraizamento familiar da forma social dessa atividade produtiva, tanto em seus objetivos — visando satisfazer as necessidades desse grupo, como em sua organização cooperativa. Indo um pouco mais além, em transcendência dessa análise da produção, Wanderley propõe que os conceitos de campesinato e de agricultura familiar sejam lidos de maneira equivalente, defendendo que ambas as designações buscam, mais do que tudo, distinguir um modo de vida e uma cultura particulares. A autora expõe com clareza a relevância da discussão, colocando a questão do reconhecimento da extensão do domínio dessa então denominada agricultura familiar. A partir das ações de estudo agora possíveis, Wanderley aponta, enfim, que diversas abordagens identificam situações de fragilidade de sobrevivência e, portanto, de reprodução da categoria como tal. Não somente as aliadas à segurança alimentar, mas também a outros tipos de privação, envolvendo além da ordem material (com os comparativos obtidos pela adoção de linhas de pobreza), aspectos socioculturais (WANDERLEY, 2014, p. 26;27;33).

O censo agropecuário de 2017 identifica que 76,8 % dos estabelecimentos agropecuários do Brasil são de caráter familiar. Reiterando estudos pregressos, estas informações reforçam a atividade produtiva dessas pessoas como responsável por significativa parte da produção de alimentos do país, bem como constituindo o trabalho de grande contingente populacional. No entanto e adicionalmente, as mesmas estatísticas reforçam a perenidade da concentração fundiária de origem da ruralidade brasileira: correspondendo a tão somente 23% da área total ocupada por atividades agropecuárias (IBGE, 2020).

Nesse esforço contemporâneo de leitura do agricultor familiar em proximidade ao conceito de campesinato, a compreensão desse categorizado ser humano ‘predominantemente agricultor’ parte nesse momento de uma visão muito próxima de seu mundo, focando seu trabalho visceralmente dependente das atividades que conseguem desenvolver em um pedaço de terra específico. Woortmann (1990, p. 19; 23) constrói um sentido subjetivo para esse entendimento, segundo sua proposição da existência de uma campesinidade — uma qualidade identificada em distintos tempos e lugares, articulando culturalmente o que ele chama de “categorias nucleantes principais” das sociedades ditas camponesas: a terra, a família e o trabalho. Nessa sua perspectiva, a centralidade adotada não é a da

família como origem da força de trabalho — para a geração de bens materiais — mas sim a sua permanência no tempo como responsável pela sua produção cultural como um valor. Essa propriedade (que o autor propõe como caracterizadora do camponês) é imaginada em um contínuo, pensado no tempo e no espaço, cujos polos de máxima e mínima incidência são definidos como uma ambígua apropriação individual, pela qual “os tempos modernos são usados para restabelecer o tempo tradicional”. Verifica-se, por essa situação, que a agricultura campesina pode ser vista como tendo apresentações distintas em um mesmo momento histórico, tanto a nível coletivo como para o sujeito em sua individualidade.

Esta ruralidade campesina, específica e variada no território nacional, cabe no que Leite (2020) revisita sobre a ruralidade do país, apoiado em bibliografia robusta, comparando o panorama brasileiro com o latino-americano e o europeu: simultaneamente criticando o pensamento sobre a especificidade rural e as sucessivas apresentações discursivas de políticas públicas orientadas na intenção de seu possível desenvolvimento. Distingue o autor desta análise para a atual situação brasileira um primeiro viés de institucionalização política focado na produção agrícola, bastante relacionado à percepção do rural em uma visão reducionista, como um vazio demográfico em oposição a um urbano densamente povoado. O reconhecimento das múltiplas funções do rural (e, portanto, da existência de ruralidades variadas) coexiste a um modelo de seu entendimento em viés puramente produtivista. Segundo ainda a reflexão de Leite (2020, p.231 e 232), tanto unicamente buscando compensação a efeitos deletérios desta situação, como buscando a efetiva consideração pragmática de suas outras funções em adição à produção agropecuária em si, mencionando, dentre outras, a questão da conservação da paisagem e a manutenção de um específico modo de vida. Ainda Leite (2000), consultando Araújo (2015) e Bitoun *et al.* (2017) chama atenção para os aspectos do rural como categoria histórica, particularizada localmente de acordo a modos de vida distintos, em alinhamento interdependente do urbano respectivo — ao invés de oposto à cidade.

Medeiros *et al.* (2014, p. 119; 133; 138) comentam o “processo lento, mas significativo, de resignificação do rural”, em que a historicidade e a inter-relação são fundamentais nas compreensões de rural e urbano em foco, em trabalho no qual analisaram o plano diretor e sua legislação adjacente para o município de Caxias do Sul, com entrevistas com “pessoas-chave” que participaram de sua elaboração, “procurando entender que desenho de ‘cidade’ (destaque nosso) estava sendo produzido”. Na descrição feita da “zona rural” do município esta imensa área da qual fazem parte estes habitantes e suas atividades campesinas não é sequer mencionada. Algo que não se estranha, muito menos o fato de que a urbanidade entrevistada pelas autoras (“representantes da sociedade civil e órgãos de governo”) exalte o programa que asfalta ou disponibiliza máquinas para melhorar estradas que ainda não são pavimentadas: as pessoas podem ir à cidade buscar o que lhes falta no rural. Com relação ao saneamento, o que sobra para este rural — que as autoras acabam concluindo que é encarado pela urbanidade como “residual” - são apenas regras — cuidados com a “conservação do solo, da água e dos efluentes”.

Alojados na genérica percepção dos estudos de ruralidades campesinas nacionais, interessa nesta contribuição particularizar a importância do conhecimento profundo da ‘ruralidade do lugar’. Inapelavelmente em relação com os centros urbanos próximos, discorre-se na sequência em resumo sobre aspectos candentes e

singulares da ruralidade dos distritos serranos nas vizinhanças de Caxias do Sul, os quais integraram ou ainda integram o município lindeiro de São Francisco de Paula.

O conhecimento etnográfico emergente de Ribeiro (2014; 2018) desvela como local e efetivamente acontecem as lutas pela posse da terra, em estreita conexão ao transformar das atividades produtivas, que, por sua vez, relacionam-se com o movimento maior de constituição dos núcleos urbanos e da industrialização da região. Pode-se consultar a narrativa detalhada e par e passo referenciada do desenrolar histórico-geográfico desta trajetória da paisagem dos sistemas agrários em Criúva e Vila Seca como desenvolvida em Ribeiro (2014); depois aprofundada em Ribeiro (2018), em abrangência maior, envolvendo Juá e Cazusa Ferreira, e um pouco além, na medida em que linhas para fora de São Francisco de Paula e Caxias do Sul foram seguidas pelos caminhos da pesquisa.

4.1 A questão fundiária

O sistema agrário indígena (10.000 A.P. até 1760), constituído de caça, coleta e de práticas agrícolas incipientes nas várzeas dos rios da região dos distritos serranos próximos a Caxias do Sul (antes pertencentes a São Francisco de Paula), finda com o praticamente completo extermínio da população original dessa paisagem — os Kaingang, o que ocorre com o estabelecimento, ainda no Brasil Imperial, de sesmarias e posteriores estabelecimentos coloniais.

Nesse quadro é de muita importância o escrutínio da luta pelo estabelecimento fundiário que ocorre entre o sistema agrário sesmeiro (1760 a 1912) e o colonial (1912 a 1980), em três instâncias. A primeira é a das famílias dos primeiros agraciados com as sesmarias que são identificadas na região⁷ — são portuguesas, açorianas e de pessoas já nascidas na terra brasileira, mas todas ligadas à rede de poder real. A segunda ação é a dos emicamente nominados na região como “os nacionais”. Eles são precários trabalhadores das sesmarias originais ou agricultores desprovidos de terras. Eles vêm de outras localidades do que viria a ser o estado do Rio Grande do Sul ou igualmente de outros estados brasileiros em constituição. A ressaltar que muitos desses trabalhadores são de origem indígena e afrodescendente, em situações de inclusão ou muito pouco distanciamento do trabalho em condição escravizada. Além dessas duas modalidades de ocupação fundiária, os governos procuram na região terras devolutas para ainda estabelecer colonos de origem europeia, após o esgotamento das áreas definidas em uma primeira ação desse tipo — que são as que formam posteriormente o primeiro núcleo urbano de Caxias do Sul.

Nesta ruralidade dos distritos serranos, os primeiros proprietários são, em sua grande maioria, pessoas já com algum recurso econômico, que vêm “fazer terras” — cercam bem mais do que lhes é concedido e depois requerem a posse do adicionalmente abarcado. Os colonos, de origem europeia (italianos em sua grande maioria, mas também alemães e poloneses), têm seu processo inicial bem delimitado pelo governo, pagando pelo seu primeiro lote de terra — o que não impede que, em um segundo momento, eles se insiram na estratégia local de apropriação de terras.

⁷ De acordo ao historicamente resgatado com precisão por Alves (2010) para os distritos de Criúva e Vila Seca e por Oliveira (1996) na abrangência regional.

Os ditos “nacionais” são os mais frágeis, pois são os que não detêm propriedades ao início do processo de alocação fundiária. Por isso sua moradia instável e dependente da ‘relação de trabalho’ com o patronato dono das terras sendo paulatinamente deslocada para “os peraus”, como são chamadas as terras na borda de declivosos vales de rios que cortam o Planalto das Araucárias (os Campos de Cima da Serra). Isso acontece pelas ações mais estruturadas dos posseiros em melhores condições econômicas: atos primeiramente de ocupação física, para posterior validação jurídica. Em função dessa dinâmica, até hoje a estrutura fundiária dos fundões é bastante frágil no que diz respeito aos documentos oficiais das propriedades: as famílias agricultoras dizem em sua maioria nestas localidades possuem somente algum tipo tênue e não registrado de “documento de posse”. Não por acaso, portanto, as famílias agricultoras com condições de vida mais penosa nesses distritos (verificada pela ocorrência de situações de extrema pobreza) moram preponderantemente nestes “peraus”, também chamados de “fundões”: nas piores terras para cultivo, de mais longínquo e duro acesso.

Entre o sistema agrário colonial (1912 a 1980) e o contemporâneo (de 1980 em diante), nota-se um rearranjo fundiário de outra ordem. Sistemáticamente escutam-se vários relatos que registram que, com o fim do ciclo madeireiro muitos agricultores desta época foram para a cidade trabalhar nas atividades industriais. No entanto, encontram-se também as histórias dos que permaneceram no campo, trabalhando para outro proprietário de maiores posses. Digno de registro especial na paisagem que se pesquisa é que se sabe de vários exemplos de famílias que, posteriormente a esse esvaziamento do rural e após alguns anos de trabalho no núcleo urbano de Caxias do Sul, conseguem comprar a sua própria terra e estabelecer o seu núcleo familiar produtivo. Estas pessoas declaram que voltaram para onde nasceram — não imaginaram ir para nenhuma outra parte. Como exemplo emblemático dessa atitude, é o dito corrente que conta que o muladeiro (quem nasceu nos “Fundos da Mulada”, uma das áreas de peraus de Criúva) sempre volta à sua terra.

Nesta contemporaneidade verifica-se outra dinâmica: proprietários envelhecidos não mais conseguem trabalhar a terra, ou por si a atividade produtiva nela empreendida não mais garante o sustento das gerações subsequentes. As necessidades de estudo e/ou de ocupação (incluindo muitas vezes atividades produtivas não agrícolas), da geração mais nova, somadas às dificuldades estruturais variadas (trânsito na região, acesso à escola, atendimentos de saúde, acesso à telefonia e internet) acaba fazendo com que alguns constituam moradia nas vilas centrais desses distritos (mas não na área urbana de Caxias do Sul). Em função disso, as terras “dos campos” são muitas vezes temporariamente arrendadas — as pessoas não querem se desfazer do que sabem ser um patrimônio familiar de valor muito maior do que a pequena renda que hoje delas é deste modo obtida. Esse arrendamento tem regras e modalidades variadas. Por exemplo, alguns acertos têm restrições da lotação máxima de gado, ou regramentos sobre os cultivos permitidos — extensos plantios de “saladas” ou de “eliotis ou eucaliptos”, entre outros vistos como destruidores “dos campos” não são bem vistos. Como superlativo deste viés é sentida como uma “ameaça” recente o plantio de soja transgênica. Antes inexistente nesta região, começa a aparecer nas vizinhanças destes distritos, sobretudo nas melhores terras (as menos acidentadas), preocupando sobremodo a agricultura campesina em sua ciência no manejo do campo nativo. Importante nesse âmbito,

contudo, notar a existência de outros acordos mais “despreocupados”, possibilitando mesmo até a remoção da vegetação autóctone para monoculturas variadas, algumas de extensa e continuada utilização de agrotóxicos e adubos químicos.

4.2 O atuar comunitário defende a paisagem

A reinvenção dos rituais da Festa do Divino Espírito Santo nos dois distritos caxienses, a criação da Festa do Pinhão em Vila Seca, a Festa Sabores de Criúva e mesmo as tentativas de reedição das Cavalhadas em Cazuza Ferreira desenham exemplarmente linhas de sobrevivência e adaptação na nova ordem das coisas no sistema agrário contemporâneo nesta região no entorno de Caxias do Sul e São Francisco de Paula, como proposto por Woortmann (1990, p. 19). Festas em sua maioria muito ligadas em sua origem à esfera predominantemente religiosa católica, sua atualização contém agência criativa leiga, contendo, inclusive, incursões comunitárias conjuntas ao arquipélago dos Açores, berço dessas manifestações culturais. Daí surgem as suas releituras do ritual construído em cada distrito. Tais práticas comunitárias anuais são aqui lidas como uma indiscutível estratégia de fortalecimento, com seu dinâmico e livre transitar extrapolando os limites geográficos institucionais. Observando-se esse desenhar espaço-temporal — essa trajetória — percebe-se que essa agricultura de características campesinas resiste em variados pequenos empreendimentos familiares, em evidência de escolhas conscientes, afetivas e persistentes pela vida nesse modo e neste lugar: uma ética ecumenal.

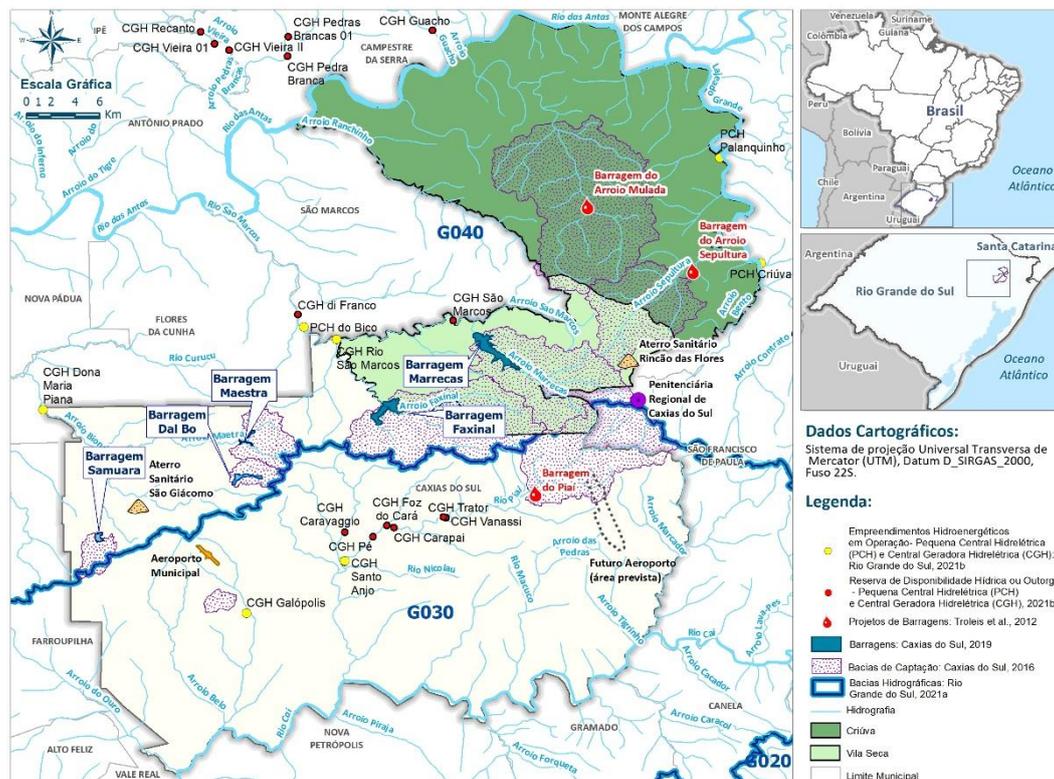
Digna de destaque na reconstituição narrativa que se faz, ocorre que tal aspecto aparece de maneira muitas vezes bastante incoerente nos acontecimentos de origem rural e urbana que se cruzam nos quatro distritos: verificam-se assimetrias pronunciadas nessa especificidade relacional que acaba sendo estabelecida entre esses dois contingentes populacionais dos dois municípios.

Por um lado, o conjunto de ações técnico-institucionais — um agir proveniente do urbano — não demonstra uma preocupação maior com a permanência da atividade agrícola dos habitantes rurais e de sua culturalmente enraizada ruralidade. Em alguns momentos, a tradução dessa atitude parece dizer que talvez fosse mais cômodo que esse espaço estivesse desembaraçado dos agricultores e de suas atividades, disponível para os outros usos pretendidos pelas cidades. De outra parte, essa apresentada prioridade — de atendimento supostamente indiscutível das várias demandas normativas apresentadas pelo urbano — é contestada de maneira bastante enfática pelos moradores do lugar. Uma vez que um de seus vigorosos protestos, articulado em 1993 a nível municipal e estadual impediu a realização da intenção urbana naquele tempo para esse mesmo local: construir um novo aterro sanitário para o município. Esta atitude ironicamente permitiu mais tarde a construção do reservatório do Arroio Marrecas, com potencial de suprimento de grande parte da água potável demandada pela cidade. Em paradoxo cruel, muitos desses moradores tiveram suas terras desapropriadas em função desse novo barramento.

Estas questões podem ser espacialmente apreendidas com o auxílio do Mapa 3, o qual localiza na hidrografia da seção de estudo centrada no município de Caxias

do Sul os barramentos de cursos d'água já construídos e os que têm sua intenção de realização em atual conhecimento de domínio público, a partir da definição legal das áreas de 'bacias de captação nas zonas das águas' (CAXIAS DO SUL, 2005;2016;2019).

Mapa 3 — Hidrografia da área empírica de estudo



Fonte: autoria de Claudia Ribeiro, elaboração cartográfica de Silvia Olinda Soares Aurelio

Com relação ao uso para abastecimento humano as intenções futuras são referidas do que é dado a ver por Troleis et al. (2012, p. 193). Uma vez que, mesmo se o futuro barramento do arroio Sepultura tenha cenários de alagamento cogitados pelo órgão municipal de saneamento, suas respectivas alternativas de localização ainda não são divulgadas (REIS; BELLADONA; VARGAS, 2016). O outro caso de intenções de barramentos publicamente disponíveis são aqueles pretendidos para uso hidrelétrico⁸, como consta no prognóstico detalhado feito pelo Plano de Bacia do Taquari-Antas (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Tal conjunto de informações foi cotejado ao que atualmente é listado em Brasil (2021) e Rio Grande do Sul (2021b),

⁸ Nos documentos consultados, a diferença de definição que se encontra entre Usina Hidrelétrica (UHE), Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e CGH (Central Geradora Hidrelétrica) é estabelecida por patamares de geração de energia elétrica e áreas de alagamento, com seus respectivos requisitos regulatórios, conforme definidos pela legislação brasileira. A principal distinção é que uma UHE tem maior capacidade de geração, associada a regulação mais complexa de todas. Já uma CGH é um projeto menor e mais simples de implementar, com supostamente menor impacto ambiental. A PCH seria um caso intermediário.

sendo que se adotou para a construção deste mencionado Mapa a última referência, pelo seu caráter mais completo e geograficamente referenciado.

Além disso, este levantamento das informações sobre o debate público do uso das águas neste recorte geográfico que abrange porções da bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas e do rio Caí menciona as existentes interdições de realização de barramentos, resultantes dos processos públicos de planejamentos dos usos múltiplos das águas realizados no âmbito do que é regrado pelo Estado em seus dois respectivos Comitês de Gerenciamentos de Recursos Hídricos. Por sua complexidade e extensão, tais diretrizes de licenciamento e outorga dos ditos “recursos hídricos” não conseguimos sobrepor ao Mapa 3: pois são colocadas em mapa específico, que pode ser acessado, juntamente com seu histórico de constituição, em Rio Grande do Sul (2017, 2018 e 2019).

Por este comparativo crítico deste histórico de mapeamento nota-se que nem todos os empreendimentos citados em Rio Grande do Sul (2012) são agora encontrados nas informações atualmente disponibilizadas, nem sempre georreferenciadas. Caso exemplar é a supracitada intenção de construção de futura barragem no Arroio Sepultura. Tal fato evidencia a dificuldade cidadã de se acompanhar ao longo do tempo o estado de implementação ou mesmo de participar de etapa pública de discussão dos barramentos pretendidos para uma dada porção hidrograficamente delimitada.

5 Refletindo sobre a paisagem no contexto regional

A vida cotidiana destes agricultores camponeses, conhecida em profundidade etnográfica por esta pesquisa coloca em relevo o questionamento enfático destes moradores rurais à atitude urbana que enfim viabiliza a nova barragem para abastecimento exclusivo de água potável à cidade de Caxias do Sul. Concomitante e autocrática atuação baseada pela legislação que define a “zona das águas” sumariamente interdita (por exemplo, entre outras proibições de uso e acesso) o uso de balneários e locais de pesca longa e costumeiramente usufruídos pelos habitantes desses distritos. Igualmente passa a dificultar enormemente o uso da água (que antes era de todos) pela agricultura tradicional do lugar — a realização e a utilização de pequenos açudes para a dessedentação animal e irrigação de produções de menor porte é muito dificultada. Mesmo, o esterco dos animais, que antes era precioso fertilizante, passa a ser encarado como poluente. Em suma, a sucessão de licenças (e laudos necessárias para tal) faz com que somente grandes produtores possam cumprir com os passos que passam a ser de exigidos dos agricultores. Grandes produtores, sobretudo de frutas e hortaliças, vindos de outros locais, atraídos pelas terras baratas e pelo clima mais ameno da serra, que via de regra utilizam práticas agronômicas intensivamente utilizadoras de agrotóxicos e fertilizantes químicos e, mesmo, irrigações de grandes áreas.

Os moradores camponeses questionam como esse mesmo discurso que é acionado para proibir ou muito dificultar o licenciamento dessas atividades inerentes à agricultura camponesa do lugar permite instalar atividades de elevado impacto ambiental na mesma região hidrográfica de captação de água para usos potáveis. Perguntam os agricultores qual seria a ética de ‘conservação ambiental’ que explica que as melhores pastagens, com águas excelentes — no Rincão das Flores, os

campos reservados aos melhores animais, onde se podia aprear do cavalo e beber água com a mão — hoje enfrentem o impacto do descarte final de lixo urbano que lá a cidade finalmente impôs. Apesar de suas mobilizações, dessa vez infrutíferas, a cidade conseguiu lá construir duas áreas de disposição de seus resíduos sólidos (urbanos domésticos e industriais perigosos), além de um presídio — sobre as nascentes de seus mananciais futuros, supostamente protegidos para seu próprio uso. Após isso, restam sérios problemas para os agricultores: mesmo com a alegada sofisticação do tratamento do chorume gerado, foi verificado um sério episódio de contaminação hídrica, e, além disso, o gado seguidamente morre nesse local devido à ingestão das sacolas plásticas levadas pelo vento.

Mesma incoerência que se encontra em São Francisco de Paula na várzea do rio Lajeado Grande, completamente modificada pela intervenção da Pequena Central Hidrelétrica Cazuzza Ferreira, margeada de placas oficiais proibindo o que os moradores antes faziam livremente e demarcando essa apropriação territorial — uma institucionalizada posse ‘ambiental’, que está ficando bastante comum nessa região.

Nessa situação tampouco se compreendem os regramentos que tornam extremamente difícil que o campesinato local possa utilizar a madeira de uma araucária seca pela intempérie, mas que permitem que o poder público possa cortar milhares dessas árvores em sua plena vitalidade — para depois deixá-las apodrecer em pilhas ao relento, às vistas de todos, nas margens do novo reservatório do Arroio Marrecas. Em atitude bastante emblemática, os agricultores questionam que espécie de “acordo ou trato” é esse, que não aceita as longevas práticas de manejo do campo autóctone com fogo, mas, todavia, institucionalmente concorda com a sua destruição — por exemplo, para concretagem de depósito de indústrias automotivas e para o plantio de monoculturas com aplicações de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Outro viés desse embate reside em recente iniciativa do poder público incentivando o investimento dos agricultores na instauração de pouco mais de duas dezenas de agroindústrias nas localidades. Instalações, que em curto espaço de tempo foram todas inviabilizadas por ações fiscalizatórias advindas da mesma instância pública que fomentou tal ação de desenvolvimento rural.

Efetivamente a compreensão da ruralidade da qual emerge esta contribuição não existe em distanciamento de seu desenrolar histórico e muito menos apartada de sua relação com a formação urbana — e é neste sentido que a reconstituição da dinâmica trajetiva do sentimento da paisagem aporta um novo viés de compreensão para esta específica porção rural. Em sua demanda de escuta, estes habitantes campesinos conseguem em várias ações veementemente publicar o seu desacordo com os efeitos bloqueadores que a normatização irrefletida de origem urbana aporta às suas vidas cotidianas, em contraponto emancipatório à modernização perversa da agricultura.

É de se pensar as razões pelas quais este rural periurbano ao sul do Brasil apresente ainda significativa ocorrência de extrema pobreza: fato que é verificado em uma região nacionalmente reconhecida como campo de sucesso dos empreendimentos de agricultura familiar, próxima a um aglomerado urbano que se orgulha (principalmente no que diz respeito a Caxias do Sul enquanto município) de um dos melhores índices de desenvolvimento do país. Parece ser importante

escrutinar a coincidência de aspectos encontrados: os indícios de criticidade de sobrevivência, associados a assimetrias étnicas de apropriação da terra e sua subjacente e posterior situação desfavorável para o desenvolvimento de atividades agrícolas — em solo pouco fértil, de terrenos pedregosos e muito inclinados.

No sistema agrário contemporâneo entende-se em profundidade ‘com esses agricultores criadores de animais bovinos’ a constituição de seu meio nesse mosaico de campos e florestas autóctones, em conflito com os anseios urbanos de apropriação desse mesmo espaço, nisso compreendidos o forte viés dos mecanismos normativos gestados nesse entorno citadino. Porém, evidencia-se que tal comportamento se apresenta como primariamente regido nos termos do atendimento de funcionalidades espaciais: o contexto urbano de características praticamente metropolitanas tem atuado como um polo gerador de necessidades variadas, que são apresentadas para serem supridas por esse espaço rural. Enfim, não parece esse quadro conter um refletir mais profundo, que considere a possibilidade de que a continuidade dessa ruralidade contemporânea possa ser uma fundamental condição de atendimento de muitas dessas demandas urbanas. E de que, justamente por isso, devesse existir uma escuta muito mais atenta aos seres humanos agricultores, os quais, com as suas ciências campesinas, são os efetivos conformadores dessa específica paisagem, de cuja conservação depende a vida na urbanidade vizinha.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Movimentos Sociais, Governança Ambiental e Desenvolvimento Territorial**. 2006.

ALVES, L. A. Três sesmarias do século XVIII em Caxias do Sul. In: GIRON, L. S. e NASCIMENTO, R. R. F. (Org.). **Caxias Centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. p.228-273.

ARAÚJO, T. B. Fundamentação do Projeto: um novo olhar sobre o rural brasileiro e seus desafios. In: MIRANDA, C. e GUIMARÃES, I. (Org.). **Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública**. Brasília: IICA, v.23, 2015. p. 41-53. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

BERQUE, A. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. Para uma problemática do mundo ambiente. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem. Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011a. p. 187-199.

_____. O Pensamento Paisageiro. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem. Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011b. p. 200-212.

BITOUN, J. *et al.* Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros. In: MIRANDA, C. (Org.). **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), v.22, 2017. p.39-238. Disponível em: <<http://repositorio.iica.int/handle/11324/3042>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

BOLDRINI, I. I. O. **Biodiversidade dos Campos do Planalto das Araucárias**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

BRASIL. **Mapa digital**. Aproveitamentos hidroenergéticos: Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHEs). SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS (SNIRH). Brasília: Agência Nacional de Águas, 2021. Disponível em: <<https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/56ac7cb5-aa22-4081-a135-c7fc0938a449>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar n. 246, de 06 de dezembro de 2005**. Caxias do Sul, 2005. Disponível em: <<https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2020/02/63a83fbb-2de4-4ea8-b07f-ad205fe707df.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Anexo III da Lei Complementar n. 508 de 15 de abril de 2016**. Limite das Bacias de Captação de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos de Caxias do Sul (SAMAE), 2016. Disponível em: <<https://www.samaecaxias.com.br/Upload/Paginas/Pagina/288430e8-edb5-49dc-b87c-fe6172eb4495.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Lei Complementar n. 589 de 19 de novembro de 2019**. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Caxias do Sul: Câmara Municipal de Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/servicos/planejamento/plano-diretor/lc589>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 4. edição. Porto Alegre: EST Edições, 2011 [1979].

DSG. Folhas SH. 22-X-C-I-1 de Oliva, SH. 22-V-D-III-2 de Caxias do Sul, SH. 22-X-A-IV-3 de Criúva e SH. 22-V-B-VI-4 de São Marcos. **Mapa**. Rio de Janeiro: Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro. 1980.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

FAVARETO, A. S.; WANDERLEY, M. N. B. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C. E. S., H. (Org.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, 2013. p. 413-472. Disponível em: <<http://repositorio.iica.int/handle/11324/6116>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

FERNANDES, F. [1960] **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Global, 2008.

FERRETO, D. Cidade Médias Gaúchas: Rede Urbana e Perfis Socioeconômicos. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. v. 23, n. 88. p. 270-286, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/RCG238859773>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

FURTADO, C. [1959] **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HESS, C.; OSTROM, E. Introduction: An Overview of the Knowledge Commons. In: HESS, C. e OSTROM, E. (Org.). **Understanding Knowledge as a Commons**. From Theory to Practice. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2007. p. 3-26.

IBGE. **Censo Demográfico**. Tabela 608. População residente, por situação do domicílio, sexo - Sinopse. SIDRA. Banco de Tabelas Estatísticas, 2010a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/608#resultado>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Censo Demográfico**. Tabela 1301: Área e Densidade demográfica da unidade territorial. SIDRA. Banco de Tabelas Estatísticas, 2010b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1301#resultado>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Cidades**. 2010c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/historico>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. Agricultura familiar. In: IBGE (Org.). **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro, 2020. p.293-295.

_____. (2023). **Mapa Político do Brasil**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-de-referencia/15816-politico.html>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

HASENACK, H.; WEBER, E. **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul - escala 1:50.000**. DVD. Série Geoprocessamento, 3. Porto Alegre: UFRGS-IB-Centro de Ecologia 2010.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/124811>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

LEITE, M. A. F. P. **A Contribuição da Arquitetura Paisagística para a Discussão da Paisagem Cultural**. Comunicação Pessoal (mensagem eletrônica): 2. Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, 2012.

LEITE, S. P. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? **Estudos Sociedade e Agricultura**,

Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 227-254, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.36920/esa-v28n1-10>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP. Brasília: NEAD, 2010.

MEDEIROS, L. S.; QUINTANS, M. T. D.; ZIMMERMANN, S. A. Z. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCAR**, São Carlos, v. 4, n. 1. p. 117-142, 2014. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/195>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MIGUEL, L. A. Origem e Evolução dos Sistemas Agrários no Rio Grande do Sul. In: MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 183-210.

MOTTA, M. M. M. The Sesmarias In Brazil: Colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century. **E-journal of Portuguese History**, Brown Digital Repository. Brown University Library, v. 3, n. 2, p. 14, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.26300/wh44-9x32>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MÜZELL, E. **Planta da Fazenda das Palmeiras nos Ilhêos**. Integrante de Auto de Medição nº 1534-Serafim José Gonçalves, de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Lei de 1850. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Registro fotográfico em alta definição realizado para esta pesquisa por Jane Gonçalves e Cylene Dalegrave em 2013. Escala 1:60.000. Dimensões: 72 cm por 68 cm. 1871.

OLIVEIRA, S. F. **Aurorecer das Sesmarias Serranas. História e Genealogia**. Porto Alegre: 1996.

OVERBECK, G. E. *et al.* Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. D. P.; MÜLLER, S. C., *et al* (Org.). **Campos Sulinos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 26-41.

POSSAMAI, O. J.; RIZZON, L. A. **História de São Marcos**. Edição dos Autores. São Marcos: 1987.

REIS, L. C. T.; BELLADONA, R.; VARGAS, T. Determinação de área e volume de um futuro reservatório no município de Caxias do Sul através de modelagem utilizando o modelo digital de elevação topodata INPE. **Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha**, v. 4, p. 683-685, 2016. Disponível em: <<https://ojs.fsg.edu.br/index.php/pesquisaextensao/issue/view/135>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

RIBEIRO, C. **A paisagem e a ruralidade nos distritos de Vila Seca e Criúva: Caxias do Sul, RS, Brasil.** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

_____. **Desejos Serranos: a emancipação de uma paisagem nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil.** 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.

_____. Pelo caminho. In: BESSA, A. S. M. (Org.). **A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem.** Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG v.1, 2021. p.159-179. (Selo Npgau). ISBN 9786589221005. Disponível em: <<https://sites.arq.ufmg.br/posgraduacao/arquiteturaeurbanismo/wp-content/uploads/2021/03/A-Unidade-múltipla.-Ensaio-sobre-a-paisagem-.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

RIBEIRO, C.; ANJOS, J. C. G. D.; RADOMSKY, G. F. W. A paisagem em Criúva e Vila Seca, Caxias do Sul, Brasil: uma narrativa etnográfica. **Illuminuras**, v. 40, n. 26, p. 1-40, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1984-1191.61253>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

RIBEIRO, C.; DAL FORNO, M. A. R.; MIGUEL, L. A. A paisagem na ruralidade brasileira: considerações teórico-metodológicas para uma pesquisa multidisciplinar aplicada. **Confins [Online]**, v. 23, p. 1-18, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.10200>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. **Relatório Técnico**. n. 3. Tomo II. Parte 6. Porto Alegre: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), p: 328-335, 2012. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/go40-bh-taquari-antas>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030.** COREDE VALE DO CAÍ: São Sebastião do Caí, 2017. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144159-plano-cai.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Resolução CONSEMA n. 388 de 08 de novembro de 2018.** Porto Alegre: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), 2018. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201811/30165646-388-2018-dispoe-sobre-os-criterios-e-diretrizes-gerais-pequenas-centrais-hidreletricas-pchs-e-centrais-geradoras-hidreletricas-cghs.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Nota Técnica.** Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas para fins de Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos (atualizada em julho de 2019). Porto Alegre: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), 2019. Disponível em: <

http://ww3.fepam.rs.gov.br/central/diretrizes/Diretriz_Tecnica_e_mapa_Taquari_Antas.pdf >. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Dados Gerais das Bacias Hidrográficas**. Porto Alegre: Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), 2021a. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. **Hidrelétricas**. Porto Alegre: Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), 2021b. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/hidreletricas>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. **Etnografia da Duração**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

SATÉLITE_GEOEYE-1. **Fotografia aérea**. Caxias do Sul: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul (SAMAE), 2011.

TROLEIS, A. L. *et al.* Uso de geotecnologias na definição da localização de uma barragem e suas implicações legais. **Sociedade e Território**, v. 24, n. 2, p. 189-208, 2012. Disponível em: <https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2012044205909e11501854e61291522b6/USO_DE_NOVAS_GEOTECNOLOGIAS.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. p. 31-44. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=273&pageNum_rs_libros=77&totalRows_rs_libros=776>. Acesso em: 04 dez. 2024.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

WOORTMANN, K. «Com parente não se neguceia». O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico/87**, Brasília, p. 11-73, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

Claudia Ribeiro. Doutora em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Pesquisadora em estágio pós-doutoral. Av. João Pessoa, 31, Porto Alegre, RS. Email: cribeiro.pareci@terra.com.br

Lovois de Andrade Miguel. Doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola. UFRGS/PGDR. Professor titular. Av. João Pessoa, 31, Porto Alegre, RS. Email: lovois@ufrgs.br

Silvia Olinda Soares Aurelio. Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais. Faculdade Anhanguera. Estudante de MBA em ESG e Sustentabilidade Empresarial. Ferreira Viana, 2886, Bairro Areal, Pelotas, RS. Email: silviasaurelio@gmail.com

Submetido em: 22/06/2023

Aprovado em: 06/11/2024

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Claudia Ribeiro

Curadoria de Dados (Data curation): Claudia Ribeiro e Silvia Olinda Soares Aurelio

Análise Formal (Formal analysis): Claudia Ribeiro e Lovois de Andrade Miguel

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Lovois de Andrade Miguel

Investigação/Pesquisa (Investigation): Claudia Ribeiro

Metodologia (Methodology): Claudia Ribeiro, Lovois de Andrade Miguel e Silvia Olinda Soares Aurelio

Administração do Projeto (Project administration): Claudia Ribeiro

Recursos (Resources): Claudia Ribeiro e Lovois de Andrade Miguel

Software: Silvia Olinda Soares Aurélio

Supervisão/orientação (Supervision): Lovois de Andrade Miguel

Validação (Validation): Claudia Ribeiro

Visualização (Visualization): Claudia Ribeiro

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Claudia Ribeiro

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Claudia Ribeiro

Escrita - Tradução para o espanhol (Writing – Spanish Translation) SIM Traduções.

Escrita - Tradução para o inglês (Writing – English Translation) Timothy Donovan.

Fontes de financiamento: bolsas de pesquisa do CNPq e da CAPES (neste caso com período sanduíche na França, conforme processo nº 88887.116952/2016-00).